

MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLII

**Os últimos cem anos da Classe de
Letras da Academia das Ciências
(1912-2012)**

ARTUR ANSELMO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2021

Os últimos cem anos da Classe de Letras da Academia das Ciências (1912-2012)

Artur Anselmo

Cumpriu-se, no passado dia 9 de Novembro de 2012, um século sobre a data em que um decreto do regime republicano, estabelecido em 1910, pôs termo à situação indefinida em que se encontrava a Academia das Ciências após a queda da monarquia. Como é geralmente sabido, os presidentes da Academia eram tradicionalmente, por força de uma decisão tomada em assembleia extraordinária após a morte do Duque de Lafões, “príncipes de sangue da Casa Real Portuguesa”. Assim, ocuparam a presidência, entre 1810 e 1910, o infante D. Pedro Carlos de Bragança e Bourbon, sobrinho e genro de D. João VI (de 1810 a 1812), o infante e depois rei D. Miguel (de 1813 a 1834), o príncipe D. Augusto de Leuchtenberg, primeiro marido da rainha D. Maria II (em 1835), e os reis D. Fernando II (de 1836 a 1855), D. Pedro V (de 1855 a 1861), D. Luís (de 1861 a 1889), D. Carlos (de 1889 a 1908) e D. Manuel II (de 1908 a 1910). Abaixo da autoridade real encontrava-se o vice-presidente da Academia, escolhido alternadamente na presidência das duas classes (a de Ciências e a de Letras) ano após ano.

A proclamação da República veio alterar a tradição das presidências de sangue real, mas até 1912 viveu-se na Academia uma situação indefinida, que os presidentes das classes ultrapassaram com prudência e tacto diplomático. Ainda com a designação de vice-presidentes, dirigiram a Academia: em 1910 Veiga Beirão, em 1911 Silva Amado, em 1912 Teixeira de Queiroz, monárquicos os dois primeiros, republicano o terceiro. Após a publicação do decreto de 9 de Novembro de 1912, que veio clarificar o novo regime hierárquico da Academia, esta passou a ser dirigida por um presidente e um vice-presidente, eleitos anualmente em assembleia geral, os quais deveriam pertencer a classes diferentes e assumiriam cada um deles a presidência da respectiva classe, renovando-se a presidência da Academia, cada ano, entre as duas classes.

O primeiro presidente eleito da Academia, para o ano de 1913, foi o presidente da Classe de Letras, Teixeira de Queiroz, festejado autor de duas séries de romances e contos (a *Comédia do campo* e a *Comédia burguesa*), de quem o cientista Pereira Forjaz – que serviu esta Academia longos anos, como secretário-geral – nos dei-

xou este brevíssimo mas eloquente retrato:

Tem cerca de 63 anos [estávamos em 1912 e Teixeira de Queiroz nascera em 1849], usa paletó às riscas, gravata multicolor, e colarinho alto, engomado, de pontas dobradas, óculos de acentuada miopia, sobranceiras severas a contrastar com um *rictus* zombeteiro – fixado, para a posteridade, por Columbano e António Carneiro. Já então lhe chamavam o Balzac português. Usava um pseudónimo: Bento Moreno.

Espíritos menos conhecedores dos hábitos da Academia poderiam supor que a escolha de Teixeira de Queiroz para a presidência se devera a compadrio político com os novos governantes republicanos. Acreditar nisso seria o mesmo que esquecer o permanente esforço de imparcialidade ideológica que a Academia tem mantido ao longo dos tempos. No caso concreto da personalidade de Teixeira de Queiroz, basta consultar as actas das assembleias gerais e das sessões da Classe de Letras (então designada “de Ciências Morais, Políticas e Belas-letras”) para se verificar a isenção – direi mesmo: o escrúpulo – com que ele se pronunciou acerca de decisões do novo regime político que se prendiam com a vida académica. Assim, por exemplo, quando o Governo Provisório da Republica, chefiado por Teófilo Braga (ele próprio sócio efectivo da Classe de Letras, embora já então de candeias às avessas com a Academia), faz publicar os decretos de 17 de Outubro e de 2 de Novembro de 1910, que extinguem a tipografia da Academia e cortam as verbas de financiamento regular das publicações subsidiadas, redige uma representação ao Parlamento, protestando energicamente contra o que a Academia considerava “um prejuízo para as Letras e um desdouro para a Nação”.

Evocando essa época conturbada em que a Academia das Ciências ficou a dever a Teixeira de Queiroz serviços inestimáveis, alguns dos quais prestados discretamente, como convinha aos interesses de uma Casa imbuída de respeitosa obediência às instituições monárquicas, lembrarei o que se passou quando Ramalho Ortigão, após a proclamação da República, apresentou a sua demissão do cargo de primeiro oficial da Secretaria. Acto contínuo, foi Teixeira de Queiroz quem propôs em assembleia geral a candidatura de Ramalho a sócio-effectivo e quem, na sessão da Classe de Letras, em 28 de Outubro de 1910, leu o parecer que, a esse respeito, ele próprio redigira. A nobreza do carácter de Teixeira de Queiroz está patente logo nas duas primeiras frases:

Julgo dispensável detida análise da obra de Ramalho Ortigão, para o propor a sócio efectivo desta Academia, com destino a preencher a vaga na sec-

ção de Literatura pela sentida morte de Sousa Monteiro. Peço igualmente escusa de se não seguirem, neste caso, os termos do nosso Estatuto para admissão de sócios, como preito à excepcional figura de que se trata e tendo em consideração as especiais circunstâncias em que a proposta é feita. Ramalho Ortigão de há muito, e com assinalada precedência de alguns, estaria entre nós, se não fora a circunstância especialíssima de ter, durante quarenta e dois anos, ocupado o lugar de chefe da nossa Secretaria.

Contava Júlio Dantas, anos mais tarde, que, em 1908, antes de começar a ler a sua primeira comunicação nesta mesma sala onde hoje nos encontramos, vira sentado nas cadeiras da assistência a Ramalhal Figura. «Só então me lembrei – acrescentava Dantas – de que o grande crítico das *Farpas*, o prosador inimitável da *Holanda*, o estilista erudito do *Culto da Arte em Portugal*, o homem que, com Eça, Camilo e Fialho, mais tinha contribuído para renovar, para ductilizar a prosa portuguesa, arejando-a, criando-lhe ritmos novos, dando à linguagem ainda pesada, ainda lenta, de Garrett, fluidez, transparência, movimento, energia e graça, não era um académico: era apenas um empregado da Academia, o oficial encarregado de redigir as actas. Senti-me mal no meu lugar. Por um momento, passou-me pela cabeça a ideia de levantar-me, de descer do meu *fauteuil*, de acercar-me desse homem três vezes respeitável, pela idade, pelo carácter, pelo talento, e de dizer-lhe, com a simplicidade das emoções sinceras: “Mestre, trocaram os nossos lugares. Sou eu que devo ficar aqui...” Ora, logo que Ramalho tomou conhecimento da sua eleição para a Academia, escreveu aos seus confrades uma carta que, sobre ser uma das páginas mais belas da epistolografia portuguesa, e também extremamente honrosa para a Academia. Por estes motivos, vale a pena reler dois excertos da missiva:

A eleição de que fui objeto tem para mim mais alta significação que a de um simples aplauso, certamente imerecido, aos meus modestos trabalhos de escritor. Eu a considero principalmente como generoso testemunho de estima votado ao empregado da Secretaria académica que durante longos anos foi o intérprete burocrático do pensamento dessa corporação servindo-a com afectuosa fidelidade e devotado zelo. Dessa obscura tarefa eu me dava por bem pago com a intimidade espiritual e com a recíproca amizade em que, durante quase meio século, me foi dado viver entre os espíritos mais cultos de Portugal. Em torno de mim, no sigilo da Secretaria, decorreu em todo esse tempo a vida íntima da Academia. Não fui somente o escrevedor das deliberações, fui também o caixa dos segredos. Devo dizer que, revolvendo hoje esse depósito de confidências diversas, de escola, de seita, de partido, de impugnação filosófica ou de contestação estética, eu não encontro, no fundo da minha memória, senão um puro resíduo de

saudade, efervescente ainda de finura e de graça literária, por vezes irónica e mordaz, mas sem nenhuma mácula com que, em nossos dias, fora dessa privilegiada região, na controvérsia parlamentar e jornalística, tantas vezes se abastarda e avilta a nobre profissão das letras... Como escritor, eu recomeço laboriosamente a minha carreira precisamente no momento em que a Academia tão liberalmente lhe coroa o fim.

Em Janeiro de 1912, quando Teixeira de Queiroz é eleito presidente da Classe de Letras, fazem equipa com ele o vice-presidente Henrique Lopes de Mendonça e o secretário Cristóvão Aires. Às reuniões comparecem habitualmente outros sócios-efectivos, como Leite de Vasconcelos, Veiga Beirão, Coelho de Carvalho e Gonçalves Viana. São sócios correspondentes Alfredo da Cunha, Brito Aranha, Cunha Gonçalves, Pedro de Azevedo, Silva Teles, José Maria Rodrigues, José de Figueiredo. Dos estrangeiros, habitual a presença de Edgar Prestage. A Classe presta homenagem a Gabriel Pereira, falecido pouco antes, com várias contribuições dos seus convidados, do maior interesse para o conhecimento da vasta obra do investigador eborense.

Em 30 de Maio desse ano de 1912, Gonçalves Viana lê o parecer favorável à candidatura de D. Carolina Michaëlis. Veiga Beirão não subscreve a proposta, por entender que, segundo a letra e o espírito dos Estatutos, lhe parecia que não são elegíveis senão os homens; Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Júlio de Vilhena e Cristóvão Aires ponderam que “os Estatutos se referiam a sócios, sem distinção de sexo”. Na mesma altura, Teixeira de Queiroz lê um extenso parecer propondo também a eleição de Maria Amália Vaz de Carvalho. São agora duas as candidaturas femininas: a Classe está solidária com a inovação. Veiga Beirão resigna-se e acentua que “a sua divergência era apenas jurídica, nada tendo com o alto apreço em que tinha a reputação literária das duas senhoras”.

Desfolhando os livros de actas da Classe, verifica-se de início um claro predomínio das questões de História, de Literatura e de Filologia, enquanto as áreas do Direito e da Economia são objecto de menor número de intervenções, pese embora a alta qualidade dos seus autores. Com o correr do tempo, esta diferença ir-se-á atenuando e, sobretudo nos últimos quarenta anos, as inteligências mais lúcidas da área económica no país prestam uma colaboração inestimável às sessões da Classe; alguns dos seus presidentes provêm da Economia, das Finanças, do Direito e da Ciência Política.

Tal como a 1.^a Classe (das Ciências), a 2.^a Classe (das Letras) teve (até 1978) vinte sócios-efectivos, a cada um dos quais correspondia uma cadeira numerada: nas Ciências a numeração corria de 1 a 20, nas Letras de 21 a 40. Cada classe estava dividida em cinco secções e cada secção tinha quatro sócios-efectivos. (Depois de 1978, o número de secções foi alargado para cinco e recentemente para

sete.) Nos termos da legislação académica, o novo sócio-efectivo deve pronunciar, no prazo de seis meses a contar da data da sua eleição, o elogio histórico do académico cujo falecimento determinar a vaga em que foi provido.

Por curiosidade, indicarei, por ordem cronológica das respectivas posses, os números e os nomes aos titulares das vinte cadeiras da Classes de Letras que, desde 1912 até 1991, foram providos nos termos regulamentares:

- 21 – Leite de Vasconcelos, Rebelo Gonçalves e Mário Martins;
- 22 – Artur Montenegro e Pedro Pitta;
- 23 – Bulhão Pato, Júlio Dantas, Vitorino Nemésio e David Mourão-Ferreira;
- 24 – David Lopes e Lindley Cintra;
- 25 – Jorge Rodrigues, Agostinho de Campos e Jacinto do Prado Coelho;
- 26 – Braamcamp Freire, António Baião e Braga Paixão;
- 27 – António Ferrão, Costa Veiga, Sarmento Rodrigues, António da Silva Rego e Manuel Viegas Guerreiro;
- 28 – Bento Carqueja, Fernando da Silva e Manuel Jacinto Nunes;
- 29 – José Joaquim Nunes e Gustavo Cordeiro Ramos;
- 30 – Teixeira Botelho, Damião Peres e Joaquim Veríssimo Serrão;
- 31 – Júlio de Vilhena, Caeiro da Mata e Pedro Soares Martinez;
- 32 – Cunha Gonçalves, Abel de Andrade, Beleza dos Santos e Paulo Cunha;
- 33 – Cristóvão Aires, Moses Amzalak e Teixeira Ribeiro;
- 34 – Queiroz Veloso, Laranjo Coelho e Alberto Iria;
- 35 – Francisco António Correia e Armando Gonçalves Pereira;
- 36 – Barbosa de Magalhães e Jaime Lopes Dias;
- 37 – Joaquim Leitão, Aquilino Ribeiro, Delfim Santos e Domingos Monteiro;
- 38 – João Albino Sousa Rodrigues, Rui Ulrich e António Manuel Pinto Barbosa;
- 39 – Lopes de Mendonça, Eugénio de Castro, António Correia de Oliveira, D. Manuel Trindade Salgueiro e Luís Forjaz Trigueiros;
- 40 – Coelho de Carvalho, Alfredo da Cunha, Augusto de Castro e Fernando Namora.

O último elogio académico parece ter sido o de Vitorino Nemésio, de que se encarregou David Mourão-Ferreira em 20 de Junho de 1991. Digo “parece”

porque admito ter havido outro ou outros elogios que, embora proferidos, não tenham sido arquivados nas *Memórias da Classe de Letras*.

Nos últimos cem anos presidiram à Classe de Letras vinte académicos efectivos, cuja lista é a seguinte:

- 12 – Teixeira de Queiroz (1912-1913);
- 22 – Lopes de Mendonça (1914-1915);
- 32 – Coelho de Carvalho (1916-1917);
- 42 – Braamcamp Freire (1918-1919);
- 52 – Júlio de Vilhena (1920);
- 62 – Cândido de Figueiredo (1921);
- 72 – Júlio Dantas (1922-1923; 1928-1945);
- 82 – José Maria Rodrigues (1924-1927);
- 92 – Queiroz Veloso (1946);
- 102 – Teixeira Botelho (1947);
- 112 – Moses Amzalak (1948; 1960-1972);
- 122 – António Baião (1949);
- 132 – Caeiro da Mata (1950-1959);
- 142 – Pedro Pitta (1973);
- 152 – Braga Paixão (1974);
- 162 – Jacinto do Prado Coelho (1975-1979)
- 172 – Manuel Jacinto Nunes (1980-1991);
- 182 – Pina Martins (1992-2006);
- 192 – António Braz Teixeira (2007);
- 202 – Adriano Moreira (2008-2012).

A presidência mais longa foi a de Júlio Dantas (vinte anos), seguindo-se as de Pina Martins (quinze), Moses Amzalak (catorze), Jacinto Nunes (doze), Caeiro da Mata (dez), Prado Coelho (cinco) e Adriano Moreira (também cinco).

Ao referir o nome de Adriano Moreira, nosso último presidente, não posso calar um sentimento da mais profunda admiração pela forma ponderada e eficiente como, durante a sua presidência, se trataram todos os assuntos de interesse para a Classe: não apenas os que dizem respeito às sessões quinzenais, aos seminários e às sessões solenes, às reuniões de sócios-effectivos, à representação

externa da Academia, mas também os que exigem diálogo permanente com a Classe de Ciências, através do qual (sei-o por experiência própria há mais de vinte anos) percebemos bem a sabedoria popular subjacente à “parábola dos sete vimes”.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 10 de Janeiro de 2013)